



A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NO ÂMBITO ANTROPOLÓGICO

RIBEIRO, Josuel Stenio da Paixão¹

Josuel Stenio da Paixão

Artigo submetido em 22/07/2012

Aceito em 15/08/2012

Correio eletrônico: josuel_paixao@yahoo.com.br

RESUMO

Ao pensarmos a formação do povo Brasileiro e sua imensa diversidade étnica atrelada a uma postura de preconceito centenária que data da época da colonização procuramos buscar as raízes desses preconceitos, afim de, elencar elementos de superação. Tratando de alguns elementos centrais como o relativismo cultural/alteridade como antídoto para o etnocentrismo.

Palavras-chave: etnocentrismo – povo brasileiro – superação.

ABSTRACT

When thinking about the formation of the Brazilian people and their immense ethnic diversity linked to an attitude of prejudice centennial dating from the time of colonization try to seek the roots of these prejudices, in order to, to list elements overcoming. Addressing some key elements such as culture relativism / otherness as an antidote to ethnocentrism.

Key-words: preconception - Brazilian people - overcoming.

¹ Mestre em Ciências Sociais pelo programa de pós-graduação em Ciências Sociais na UNESP/Marília-SP. Membro dos grupos de estudos: “Filosofia Contemporânea: Habermas”; “Organização e Democracia” e “Teoria Crítica: racionalidade comunicativa e reconhecimento social”. Docente da Faculdade de Presidente Prudente (UNIESP). Também é professor de Sociologia e Filosofia na rede pública do Estado de São Paulo pela Escola Estadual Comendador Tannel Abbud em Presidente Prudente - SP. e-mail: josuel_paixao@yahoo.com.br

A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

O Brasil de hoje é um dos países mais miscigenados do mundo graças a sua formação recente e diversa, vários povos contribuíram para a formação do Brasil, a saber, os nativos (os índios), os colonizadores principais (os portugueses), os “demais colonizadores” em forma de imigrantes como (franceses, Holandeses, posteriormente Italianos, Japoneses, alemães entre outros), e na história mais recente com maior intensidade temos coreanos, nigerianos, bolivianos e peruanos, além daqueles aqui não mencionados, e ainda os que são objeto de nossa discussão (os negros) que vieram para o Brasil de forma compulsória a datar do início da colonização até final do século XIX.

Exatamente por sermos um país miscigenado onde há uma interação entre as diversas etnias aqui existentes é que foram criadas três categorias para definir o “fruto” das relações entre brancos, negros e índios, sendo o *mameluco* a descendência do índio(a) com o branco(a), em que nos primeiros tempos, geralmente era, a índia com o branco por meio de relações sexuais forçadas; o *cafuzo* que é relativo a descendência do negro(a) com o índio(a) e por fim o *mulato* que é relativo a descendência do negro(a) com o branco(a), sendo que no início de nossa colonização a

“*regra*” era que os mulatos eram filhos bastardos de senhores escravistas brancos com negras escravas que quase sempre eram violentadas.

Podemos observar que além do *índio* que teve o seu território invadido, suas crenças violentadas, seus hábitos transformados e sofreram diversas investidas contra a sua liberdade, temos o *negro* que foi trazido para o Brasil de forma compulsória, arrancados de sua terra natal, de suas famílias, de seu povo. Ainda nos navios negreiros que faziam o tráfico de escravos, os negros com os mesmos dialetos eram separados, a fim de, não se comunicassem uns com os outros e não promovessem movimentos de resistência, além de ser tornarem ainda mais frágeis em suas condições recentes de escravos.

Segundo Darcy ribeiro em sua obra *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil* “O espantoso é que os índios como os pretos, postos nesse engenho deculturativo, consigam permanecer humanos” (2001, p. 118), aqui ele fez uma alusão a todo sofrimento e imposições feitas pelos colonizadores ao povo indígena e ao povo negro trazido da África.

É relevante lembrarmos que nos primeiros anos de colonização os índios eram escravizados para as tarefas mais árduas, porem por conhecerem bem o território, eles conseguiam se articular mais

facilmente, tanto para a defesa quanto para o resgate de índios aprisionados, além de estarem habituados com uma dinâmica de trabalho totalmente diferente àquela a que queriam submetê-los, com isso, a opção de escravizar os negros fora menos difícil por estes serem trazidos há um lugar distante e não terem articulação entre si.

Com o “fim” da escravidão legal em 1888 se instalou no Brasil uma falsa idéia de convívio harmônico entre as diversas etnias, contudo chegam a ser corriqueiras as práticas de etnocentrismo, preconceito e discriminação.

O etnocentrismo tão presente até nos dias de hoje, é uma postura vinculada ao modo do(s) indivíduo(s) verem o mundo exclusivamente a partir de seu próprio ponto de vista, pelo qual tendem, a rejeitar, negar, recusar e até mesmo agir com preconceito e discriminar qualquer cultura que não seja igual a sua. Sendo o relativismo cultural um antídoto por tratar as múltiplas sociedades enquanto iguais de direitos ao passo em que se respeitam as suas diferenças, dessa forma, o relativismo cultural metodologicamente se posiciona de modo contrário a postura defendida pelo etnocentrismo, assim, propõe uma postura de compreensão e aceitação do outro.

Uma das facetas do etnocentrismo se manifesta por meio do preconceito que é um juízo preestabelecido, baseado na simples crença ou opinião que é formada

através de um olhar imediatista, inflexível e acrítico, exatamente por não conhecer de forma efetiva a realidade analisada e se valer de conceitos prévios sem intenção de colocá-los a prova.

O ato de discriminar passa longe de ser apenas o ato de criar e separar com base em categorias. Por exemplo, ao criar a categoria cor, e discriminá-las agregando valores cria-se por consequência hierarquias. É a partir dessa ação que se desenvolvem a discriminação racial, que é o ato de hierarquizar as pessoas tendo como base sua cor da pele, com isso, a consequência é a ofensa, a exclusão, o menosprezo e o desprezo com vistas a inferiorizar uma determinada etnia.

É importante compreender que as ações de discriminação podem ocorrer por meios de atos explícitos ou velados, dirigidos diretamente à pessoa ou a grupos, ou de forma indireta atacando instituições, corporações, crenças ou hábitos vinculados a uma etnia em particular.

O etnocentrismo, e o preconceito se mostram evidente no Brasil quando observamos o conteúdo da programação da televisão e das revistas, dos meios de comunicação como um todo, em que excluem ou coloca os negros de uma maneira bem singular, quase não fazendo menção sobre temas ou assuntos vinculados à cultura negra. O que se evidencia é um

contraste entre o número de negros em nossa sociedade e sua representatividade.

O preconceito racial e o racismo no Brasil se manifestam no cotidiano das relações pessoais, materializando-se nas empresas privadas, nas repartições públicas, nos locais de moradias, prédios, condomínios e casas de diversas famílias, assim como, nos locais de formação, tal qual, universidades, cursos técnicos, escolas de formação inicial com seus livros didáticos em que retrata o negro geralmente de modos pejorativos os colocando como sujeitos passivos da história, tendo apenas as pessoas brancas como referências, e quase sem exceção, os negros aparecem nesses materiais exclusivamente para delinear o período escravista do Brasil.

Contudo, ainda convivemos com situações de discriminação e preconceito racial em todas essas estruturas acima posta, convivemos também com essas ações entre os alunos e professores, profissionais da saúde e seus pacientes, vendedores e clientes, empregador e empregado, vizinhos, parentes, sendo o mais grave a naturalização desses atos e relações sociais deturpadas pela intolerância a diversidade.

Esta formação que nos impõe a desigualdade racial promove em certa medida a desigualdade de renda.

No artigo de Brito (2008) ao falar sobre a desigualdade e indigência, ele expõe a classificação da indigência que é

estabelecida pelo percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* menor que R\$ 37,75, ou análogo a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente em agosto de 2000. Em seguida Brito ao considerar o critério da cor demonstra como nessa mesma época a miséria atinge muito mais aos negros que aos brancos, ao passo que 10,01% dos indivíduos com essa renda eram brancos e 23,80% eram negras.

Outro dado que nos referenda no que concerne a discriminação racial e sua interferência nas questões objetivas é a esperança de vida ao nascer no ano 2000, no estado de São Paulo, ainda de acordo com dados do Ipea, era de 72,30 anos para os brancos enquanto que para os negros era 69,90. Considerando as diferenças regionais, o estado do Maranhão, pertencente ao Nordeste é aquele que proporcionava a menor expectativa de vida a sua população em todo o território nacional (o negro tem uma expectativa de vida de 60,9 enquanto o branco 63,9), já na região Sul, o estado de Santa Catarina é o que apresentava as maiores taxas de longevidade (entre os negro a taxa é de 70,16 já entre os brancos é de 74,24), e em todas as situações o negro tem menos esperança de vida.

A questão da renda *per capita*, da educação, da longevidade entre outras permite a formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e este

por sua vez também demonstra a situação de desvantagem da população negra no que se refere à população branca de nosso país, o que é demonstrado a partir dos dados do Ipea em 2008 o índice de rendas da população branca é 0,776 e da negra é de 0,623, assim como o de longevidade para a população branca é de 0,775 e para a negra de 0,686, no que concerne a educação o índice em relação ao povo branco é de 0,891 e 0,799 para o povo negro, o que culmina com o IDH em que os negros aparecem com 0,703 e a população branca com 0,814.

Sendo o IDH a média aritmética simples da renda familiar *per capita* média, da longevidade e da taxa de alfabetização e taxa bruta de frequência à escola, daí, podemos dizer de forma categórica que os negros, quando comparados aos brancos, sofrem pela desigualdade social que é a somatória de uma educação desigual, até mesmo com acesso desiguais a educação, a salários mais baixos, ou falta de oportunidades no mundo do trabalho, assim como, a má alimentação, a má condição de moradia e programas de saúde precária. Toda essa desigualdade econômica e de situações nos permite compreender que embora o Brasil seja um país com leis que prezam pela igualdade *formal* o que dar margem para a idéia de democracia racial, de *fato* não é o que vivenciamos.

CIÊNCIA E CONCEITO DE CULTURA

Abaixo discutiremos de forma mais ampla a idéia de cultura, por agora basta compreender que o conceito de cultura foi desenvolvido com maior eficácia pela antropologia que é a ciência do homem no sentido mais lato, que engloba origens, evolução, desenvolvimentos físicos materiais e culturais, fisiologia, psicologia, características “raciais”, costumes sociais, crenças e etc.

O homem sempre estudou (interrogou) sobre si mesmo e em todas as sociedades houve homens que observavam outros homens, no entanto, o projeto de uma ciência do homem (antropologia) é recente e data do século XIX (Laplantine, 1991, p.13), isso porque toda e qualquer ciência para existir precisa que haja método e objetividade, algo que só ocorreu para o estudo do homem após o Iluminismo e a Revolução Industrial.

Depois das duas grandes Revoluções, a saber, a Francesa e Industrial, surgiu o pensamento Iluminista e Positivista em que o homem passa a ser objeto de conhecimento do próprio homem e não mais a “natureza” no centro, o meio ambiente, ou mesmo a mitologia, o cósmico ou teológico. Enquanto o positivismo que é um sistema criado por Auguste Conte se Propõe a ordenar as ciências experimentais contrarias a metafísica, o iluminismo que

foi um movimento intelectual do século XVIII se caracteriza pela centralidade da ciência e propõe a confiança na Razão e nas ciências como motores do progresso, uma vez que a razão exige uma maior ligação com o empirismo, considerando que tudo merece ser provado através de textos e/ou experiências.

Se para ser ciência é preciso métodos e objetividade, o projeto antropológico por não possuir os seus próprios, começou utilizando métodos comuns a física e a biologia, por isso esse determinismo biológico e a tentativa de diferenciar os povos por meio de caracteres objetivos desconsiderando o caráter subjetivo da construção de um povo foi bastante comum no início desta ciência.

Na tentativa de compreender as diversas culturas os primeiros antropólogos encontraram como saída o estudo de sociedades *longínquas* ou *simples* que tiveram pouco contato com sociedades vizinhas, isso por que nas ciências que estudam os homens não dar para fazer como na ciência biológica e cria um “sistema” dentro de um laboratório, mas tendo a antropologia tomando emprestados os métodos da biologia precisava separar o objeto observado do sujeito observante, neste caso temos que entender que as sociedades longínquas ou simples que eram distantes do centro europeu passou a ser a alternativa para o estudo antropológico.

O problema é que influenciados por estudos de Jean Baptiste Lamack (1744-1829) e Charles Darwin (1809-1882), assim como, influenciado pelo próprio modelo de estudo biológico, que a antropologia adotou na busca por compreender as diferentes culturas passando a constituir estudos das formas de crânios, mensurações do esqueleto, tamanho, peso, cor da pele, anatomia comparada as “raças” e dos sexos.

Toda essa conjuntura propiciou o desenvolvimento e a ratificação de posturas eurocêntricas e etnocêntricas, uma vez que o etnocentrismo se caracteriza por uma visão de mundo que considera o seu grupo étnico, nação ou nacionalidade socialmente mais importante do que os demais, partindo de uma postura em que as normas e valores da sociedade de quem observa servi como critério de avaliação para todas as demais.

Se por um lado este modelo de observação trouxe diversos problemas, por outro, quando estudado corretamente, o fato de observar aquele que está distante de nós em termos de aspectos culturais, nos possibilita compreender aos outros e a nós mesmo pelo simples motivo de descobrirmos que muito daquilo em que acreditávamos ser natural (intrínseco) é na realidade exclusivamente cultural. É o que o que nos deixa como lição o antropólogo brasileiro Roberto DaMatta ao falar da interação entre o pesquisador e o sujeito investigado, que por diversas vezes

compartilham de um mesmo universo das experiências humanas.

Apesar das diferenças e por causa delas, nós sempre nos reconhecemos nos outros e eu estou inclinado a acreditar que a distância é o elemento fundamental na percepção da igualdade entre os homens. Desse modo, quando vejo um costume diferente é que acabo reconhecendo, pelo contraste, o meu próprio costume. (Damatta, 1987, p. 24).

Neste momento é importante salientarmos que diversos estudos antropológicos ao longo da história desta ciência demonstraram que a diferenciação entre as pessoas e sociedades são todas no âmbito cultural, ou seja, as diferenças surgem por meio da tradição, dos hábitos e costumes de um determinado povo.

De uma forma mais ampla, podemos dizer que “cultura” é tudo aquilo que as pessoas cultivam, seja em termos da agricultura, do conhecimento, da arte, ou mesmo de hábitos ou costumes. Já para a Antropologia e a Sociologia, especificamente, cultura significa:

Tudo aquilo que o homem vivencia, realiza e transmite por meio da linguagem; ou seja, a cultura está relacionada com os conteúdos simbólicos da vida. Ou então, como alguns diriam, está relacionada com os mecanismos de controle dos indivíduos em sociedade, isto é, sistemas de símbolos entrelaçados e interligados que fornecem para os indivíduos um modo de pensar, de agir e de sentir.

(Secretaria da educação, 2009:1ª série, vol. 3, p. 29).

Franz Boas (1858-1942), nascido na Alemanha viveu muitos anos nos Estados Unidos, foi o antropólogo que desenvolveu as bases de uma Antropologia Cultural que não aceita as concepções do evolucionismo, que era predominante nos estudos antropológicos. Ele estabeleceu a crítica aos determinismos biológicos e geográficos, e buscou demonstrar a relevância dos estudos minuciosos de cada cultura.

É dessa forma que Boas entende que é possível compreender as singularidade e demonstrar a diversidade humana e as diferenças culturais existentes.

Boas ainda contribuiu de forma significativa para a compreensão da diversidade a partir da antropologia quando criou e desenvolveu a proposta metodológica do relativismo cultural, ou seja, a orientação para se praticar uma postura crítica ao etnocentrismo, de maneira a evitar que o conjunto de crenças e valores prejudique no estudo de outras etnias.

É exatamente essa postura que permite entendermos que os homens se diferenciam por meio de suas culturas, das formas de organização, modelo de vida e interpretação do mundo em que vivem. Isso nos permite falarmos em culturas, e não mais em uma única cultura que deveria ser

seguida, daí a idéia de civilizados e não civilizados e da Europa como centro do mundo passa a ser questionada, por conta do reconhecimento da diversidade existente entre as sociedades humanas.

Outro nome muitíssimo relevante no que concerne a discussão das formações e modelos culturais é do antropólogo Claude Lévi-Strauss (1908-2009), um dos fundadores do moderno estruturalismo, ele é uma referência significativa nos estudos da sociologia da cultura. Lévi-Strauss vai além dos demais quando entende que é necessário buscar os “invariantes universais que estruturavam a produção de códigos simbólicos e expressavam a unidade psíquica do homem”. (Maia; Pereira, 2009, p. 70-71)

Lévi-Strauss, ao estudar as culturas, destaca a necessidade de constituir os fatos que fazem referência à mente humana e às suas organizações sociais. É na criação de regras, como na proibição do incesto, que ele identifica a existência de um padrão de comportamento comum em todas as sociedades, o que corrobora para a tese de existências de formas regulares de estruturação das culturas.

Aqui mais uma vez é importante retomarmos a idéia de que o que nós temos em comum em todas as culturas é a capacidade de resolver de modos diferentes os mesmos problemas, e se antes se entendia que a cultura era a forma de

avaliar o estágio de progresso e desenvolvimento de uma sociedade, concepção vinculada ao determinismo biológico e geográfico, hoje já compreendemos que o que nos une e o que nos separa como seres humanos são as culturas, porem estas são produtos de nós mesmos ao passo em que elas também nos produzem, mas sempre de modo subjetivo e simultâneo porque somos produto e produtores de cultura, ao longo de nosso ininterrupto e permanente processo de socialização.

Segundo Linton “uma das mais importantes conquistas dos tempos modernos é o reconhecimento da cultura”, pois para ele é o que nos permite se conhecermos e compreendermos aquele que está distante de nós. E para ilustrar e deixar mais evidente a sua teoria ele cria a seguinte proposição: “tem-se dito que a última coisa que um habitante das profundezas do mar descobriria seria, justamente, a água. Ele só se tornaria consciente da existência desta, se algum acidente o trouxesse à superfície e o introduzisse na atmosfera”, aqui ele ratifica a necessidade do *estranhamento*, ou seja, de se distanciar de seus próprios valores e costumes para melhor entender aquilo que tomávamos como natural ou imutável e assim ter um melhor conhecimento de si próprio e do outro partindo do contraste que evidencia a existência de culturas. Para

Linton “não é acidentalmente que a compreensão da cultura pelos cientistas modernos derivou grandemente do estudo de culturas não européias, cuja observação pôde ser facilitada pelo contraste”. E acaba por defini que “aqueles que não conhecem outra cultura, senão a sua própria, não podem conhecer nem mesmo esta”. (Linton *apud* Pereira; Foracchi, 1977, p. 49-50).

É a partir da desnaturalização da vida em sociedade que podemos organizar as diferenças culturais como mediação necessária para se estabelecer uma forma de conhecimento crítico apto de compreender a existência humana, na medida em que são essas diferenças que explicam o que nos une e o que nos separa enquanto seres humanos.

SUPERAÇÃO: DA ALTERIDADE AO RELATIVISMO CULTURAL

Como vimos no item anterior o relativismo é uma doutrina segundo a qual os valores morais não apresentam validade universal e absoluta, diversificando-se ao sabor de circunstâncias históricas, políticas e culturais. Nesse sentido a antropologia é a ciência da diferença, da alteridade, uma vez que a alteridade se opõe a identidade; o radical (*alter*), em latim, significa “outro”, portanto se o *EU* define a identidade, o *Outro* caracteriza a alteridade, e justamente por perceber e se colocar no lugar do outro

que se faz possível estabelecer o relativismo cultural.

A alteridade é um estado ou qualidade que se constitui através de relações de contraste, distinção, diferença relegada ao plano de realidade não essencial pela metafísica antiga, a alteridade adquire centralidade e relevância ontológica na filosofia moderna (*hegelianismo*) e contemporânea (*pós-estruturalismo*).

Quando nós nascemos não temos inserido em nós o conceito de alteridade, o processo de internalização é desenvolvido lentamente, a exemplo disso podemos lembrar que as crianças recém-nascidas só reconhecem as suas próprias necessidades, e para elas não existem o antes, sendo elas mesmas a razão da existência do mundo, por não conceber o outro como igual, mas como aquele que está para satisfazer suas carências. Somente ao compreender que o mundo existe antes e continuará a existir depois de si e que o outro é um possível dele mesmo é que o sujeito alcança um determinado grau de alteridade.

A relação de cada membro de uma cultura é de “identidade”, a relação de membros de culturas diferentes deve ser de “alteridade”.

Para Tugendhat (1999, p. 362), um dos maiores filósofos alemão da contemporaneidade, a ética tem um pressuposto universal justamente por entender que a conduta moral e ética

consiste em reconhecer o outro como sujeito de direitos iguais e, deste modo, os compromissos que temos em relação ao outro correspondem, por sua vez, a direitos que não firam a particularidade de cada um e devem ser respeitados.

Deste modo, para superar as mazelas criadas pelo sentimento e teorias eurocêntricas, etnocêntricas e racistas se faz preciso que ocorram debates intensos que contemplem a realidade local dos envolvidos, sem esquecer-se de contextualizar com a totalidade ou pelo menos interpor com um grupo distinto, e para isso a visão daquele que introduz o tema, enquanto alguém que respeita, valoriza, incorpora e problematiza as experiências diferentes de todos é fundamental.

Somente conhecendo como ocorre o processo de naturalização do preconceito e do estereótipo em nossa subjetividade, que faz com que todos, voluntária ou involuntariamente, se tornem cúmplices de sua perpetuação é que possibilita construir o caminho inverso para a desnaturalização.

Nesse contexto, que muitos estudiosos compreendem como necessidade o fortalecimento da identidade dos negros brasileiros, estimulado pelo conhecimento do continente africano e de sua cultura. Sendo exatamente isso que motivou o projeto Lei 10.639 a qual torna obrigatória o estudo da História e Cultura Afro-

brasileira, bem como da Educação para Relações Étnico-Raciais no currículo obrigatório do ensino fundamental e médio.

Essa postura de compreender a história do negro enquanto sujeito de nossa sociedade e do mundo tem como função corrigir os diversos equívocos cometidos pelo fato da história oficial ter quase sempre relegado aos negros uma significância secundária, e esquecendo seus heróis ou mesmo deturpando os acontecimentos para transformá-los em insubordinados ou contraventores.

Embora no Brasil, por meio da hipocrisia, vivenciamos o *mito da democracia racial*, ou seja, boa parte das manifestações racistas ocorre de modo velado, enquanto muitos propagam que efetivamente vivemos em uma sociedade livre do preconceito racial e do racismo em relação aos negros, na realidade há uma desvalorização, que se junta há uma desqualificação e desumanização, o que culmina com o não reconhecimento simbólico das tradições, saberes e fazeres do povo afro-descendente que vive neste país.

Essa conjuntura dificulta a auto-estima e o auto-reconhecimento do negro em relação a sua condição étnica. Contudo, ao contrário do que se costuma dizer exatamente para ferir a imagem do negro, não é uma questão de preconceito sobre si mesmo, mas de auto proteção e mesmo de

busca da inserção a sociedade de forma plena, algo que o negro hoje não desfruta, basta ver o baixo índice de protagonistas negros em novelas, filmes e programas televisivos, assim como, nos cargos de chefias das diversas áreas de atuação. Porém é importante salientar a necessidade de romper com esse recurso de não afirmação da sua própria condição e buscar superar os limites impostos a essa parcela da população por meio do diálogo, da interação, da conscientização e do direito efetivo, de forma que o direito a igualdade deixe de ser meramente formal e passe a ser existente de fato.

Um exemplo dessa tentativa de perpetuação do negro enquanto um sujeito vitimizado pode ser observado no que se refere à formação de nossas crianças e jovens por meio dos nossos livros didáticos, que destinados ao ensino-aprendizagem dos estudantes, costumam trazer a imagem dos negros sempre oprimidos, selvagens, incultos, submissos, explorados e, por fim, sempre derrotados. Entretanto, é crucial mudar a postura, o material e, sobretudo a forma de abordagem da história desse povo que hoje é representada por uma parcela significativa do povo brasileiro.

É preciso que ao estudar, discutir ou teorizarmos sobre o racismo percebamos que não se trata de algo distante e que está “lá” na sociedade, e que não nos compromete diretamente, ou mesmo as

instituições ao qual fazemos parte, sejam elas religiosas, políticas, econômicas, familiares entre outras.

Podemos compreender que, uma vez que, houve uma hierarquização cultural nas sociedades ocidentais atuais, seguir uma postura que busque o relativismo cultural constitui a possibilidade de (re)conhecer e compreender o diferente, não apenas entre as diferentes culturas do mundo ocidental, mas também, na sociedade em que vivemos.

Não é em ignora essa discussão, e muito menos em criar uma fantasia em que nela não existam problemas a serem resolvidos que chegaremos às melhores soluções para a questão “racial”, é necessário superar a condição acrítica, superficial e do senso comum que essa temática carrega como legado.

Com isso, almejamos propor um diálogo que se tornou possível a partir do conhecimento sociológico e antropológico para nos tornarmos capazes de questionar criticamente a hegemonia de uma visão/postura etnocentrista de nossa própria sociedade/cultura, superando a situação vigente, uma vez que sem (re)conhecimento não poderemos compreender a sociedade em que vivemos.

REFERENCIAS

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo: Scielo, n. 1, vol. 25, jan./jun. 2008.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. 4. Ed. São Paulo – SP: Brasiliense, 1991.

LINTON, Ralph. Condicionamento Sociocultural da Personalidade. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Maria M (org.). **Educação e Sociedade: Leituras de**

sociologia da educação. 8. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

MAIA, J. M. E.; PEREIRA, L. F. A. **Pensando com a sociologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. (Coleção FGV de Bolso, série Sociedade e Cultura).

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro, a Formação e o Sentido do Brasil**. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Secretaria da educação; coordenação geral Maria Inês Fini; equipe, Heloisa H. T. de S. Martins, Melissa de M. Pimenta, Stella C. Schrijnemaekers. **Caderno do Professor Volume Três** 1ª série, São Paulo: SEE, 2009.

TUGENDHAT, E. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes, 1999.